

A relação entre o acto e o ser na obra *De l'Acte* de Louis Lavelle

por *Américo Pereira* *

Apresentação, estrutura, extracto e conclusão

1. DA INTRODUÇÃO

A finalidade

A investigação monotemática agora reduzida e consubstanciada pontualmente no trabalho que aqui se apresenta, visou explorar a obra *De l'Acte*, de Louis Lavelle (1883-1951) do ponto de vista da elucidação o mais lata e profunda possível, de momento, da relação entre o acto e o ser. Se se parte de um texto impresso e publicado (Paris 1939, para o original, e Paris 1992, para o texto utilizado), parte-se sobretudo de uma experiência de meditação que buscou a própria relação entre o acto e o ser não num texto gráfico mas no texto do próprio mundo.

Para quem sinta a necessidade – e muito há quem não sente e pouco há a fazer – de buscar o fundamento da presença, da presença nossa e da presença do resto e do resto em nós, muito há que explicar neste estar aqui. O que Lavelle fez na obra, melhor, o que disso percebemos é o próprio desenvolvimento deste trabalho, culminando na conclusão. Ensaíamos penetrar no denso e intrincado pensamento de Lavelle por um movimento, algo espiralado, que visou aprofundar e alargar o horizonte da apreensão da meditação laveliana, transformando-se numa co-meditação que faz a experiência de re-adquirir algumas – as possíveis – das questões e das respostas do autor. Não se trata sequer de um comentário, o que implicaria uma muito maior proximidade com o autor – impossível no tempo de um mestrado. No entanto, parece ser inegável ter-se conseguido alguma empatia com o ritmo de pensamento de Lavelle, que se poderá futuramente alargar e aprofundar em superior estudo, mormente no âmbito da fundamentação ontológica da ética.

A questão estudada é, pois, a relação entre o acto e o ser, na obra em causa, a sua mútua influência, mas sobretudo a fundamentação ontológica e metafísica do segundo no primeiro. O escopo deste trabalho é dar boa conta desta tarefa, o fim de Lavelle foi o de mostrar a irredutível necessidade da existência de algo que, no seio dos seres, justificasse indubitavelmente esses mesmos seres:

O que procuramos atingir é um princípio interior ao qual se deu sempre o nome de acto, que engendra tudo o que podemos ver, tocar ou sentir, o qual não se trata de modo algum de conceber, mas de pôr em obra e que através do sucesso ou do fracasso da nossa operação, explica ao mesmo tempo a experiência que temos sob o olhar e o destino que nos podemos dar a nós mesmos.¹

* Mestre em filosofia pela Universidade Católica Portuguesa – Lisboa.

¹ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, s.l., Aubier, [1992], Col. Bibliothèque philosophique, Prefácio de Bruno Pinchard, XXIX + 541 pp., p. 9: «Ce que nous cherchons à atteindre, c'est un principe intérieur auquel on a toujours donné le nom d'acte, qui engendre tout ce que nous pouvons voir, toucher ou sentir, qu'il ne s'agit point de concevoir, mais de mettre en oeuvre, et qui, par le succès ou par l'échec de notre opération, explique à la fois l'expérience que nous avons sous les yeux et la destinée que nous pouvons nous donner à nous-mêmes».

É desta meditação sobre a essência de... – de tudo –, que visámos dar os pontos principais, sem, de modo algum, querer resumi-la e muito menos superá-la. Acabada a redacção, o texto e a memória que dele e com ele se obteve – e é uma memória viva – tem o mérito mínimo de constituir um instrumento hermenêutico possível, a aplicar em posterior, mais larga e funda investigação.

O caminho

Começou-se por fazer uma aproximação introdutória geral à questão da relação entre o acto e o ser, buscando discutir algumas questões envolventes e decorrentes, bem como explorar alguns conceitos com a maior profundidade possível (Capítulo I), uma vez que a sua necessidade ancilar iria ser manifesta nos capítulos posteriores. Após esta abordagem, mais ou menos conseguida, a sua posição ambiente, como utensílios claros (chaves) da meditação dá-se como subentendida e os dois capítulos posteriores constroem-se dando como adquiridas as primeiras e prévias conclusões do Capítulo I. Uma vez encontrada aquela que se afigura ser a melhor definição, então possível, para determinado conceito operativo, este só volta a ser tratado por si se houver dados novos, sobretudo a possibilidade de ser encarado de uma nova perspectiva.

A questão da perspectivização levanta essoutra questão fundamental da coerência de pensamento. Como o próprio pensamento de Lavelle funciona espiraladamente, por vezes há a sensação de se ter caído em contradição. De facto, não acontece, passa-se a uma diferente perspectiva e a conclusão aparece diferente, não porque haja contradição ou incoerência, mas porque o ângulo de visão é diferente. Tem isto a ver com a própria estrutura do acto, como veremos. A única visão correcta é a do próprio infinito, não porque tenha uma perspectiva correcta, mas porque as tem todas, integrada e concomitantemente. Se, mesmo assim, houver incoerência, é nossa, não de Lavelle.

Tradicionalmente, começar-se-ia por dar de *acto* e de *ser* algumas definições formais tradicionais, recorrendo a dicionários e enciclopédias de boa reputação filosófica. Pensámos que, neste caso, não seria bom porque a originalidade do tratamento laveliano da questão é tão grande que mais vale, num estudo que é temático e de modo nenhum histórico ou historiográfico, jogar com a pura imanência do texto, construindo os termos e as relações à medida que se vai avançando, como se de uma pura criação conceptual se tratasse, a partir do valor comum dos termos. Assim, à partida *acto* e *ser* são os que encontramos no comum da linguagem, comumente entendíveis. A chegada dá-se na conclusão e prepara-se nos três capítulos que se seguem.

Não se tratando de um estudo histórico, mas de uma abordagem puramente temática, monotemática e concentrada no estudo de uma relação conceptual fundamental, a bibliografia utilizada resume-se fundamentalmente à obra de Lavelle em apreço, como bibliografia activa, e alguns comentadores, lidos posteriormente à realização do estudo fundamental, como parâmetros de comparação inter-textual. Não influenciaram o nosso texto.

2. ESTRUTURA DO TRABALHO

Como esquema estrutural, apresentamos a totalidade das entradas hierarquizadas que constituem o índice do trabalho.

CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1. Acerca do ser e do acto

Introdução à questão da relação entre o acto e o ser

1.1. O acto, o ser e o sujeito

1.2. O ser, o acto e o pensamento

1.3. Ser tangente aos seres, acto interior aos seres

1.4. Acto, transcorrente à interioridade dos seres

1.5. Identidade entre ser e acto

1.6. O acto, o ser e o nosso ser em acto de ser

1.7. Acto, ser, valor e sentido

1.8. A razão (de ser) do acto como imanente ao próprio acto

1.9. Acto, ser, pensamento, excesso

2. O acto como passagem eterna do nada ao ser

2.1. As balizas: nada e ser

2.2. A tensão intermédia

2.3. Do ser do intervalo entre os seres

2.4. Do indício do ser

2.5. Acto e liberdade do acto

2.6. O aparecimento do tempo: o acto e o tempo

2.7. Tempo derivado e tempo infinito

2.8. O ser do tempo

2.9. Tempo, finitude, infinitude

2.9.1. A sucessão e o espaço

2.9.2. Finitude e infinitude do tempo

2.9.3. Acto, ser, tempo e angústia – breve nota

3. O acto de ser

3.1. O acto de ser

3.2. O acto e o eu

3.2.1. O acto, o eu e o tempo

3.2.2. O acto, o eu e a liberdade

3.2.3. Acto, potência, participação

CAPÍTULO II: SER, ACTO, RELAÇÃO

1. O Ser

2. O Acto

2.1. Identidade e diferença entre acto e ser

2.1.1. O acto como pura eficácia operativa

2.2. O acto é idêntico ao ser, de um ponto de vista genético

2.3. Em cada ser, o todo do seu ser é o acto que o faz ser

2.4. O ser é redutível ao acto de ser: todo o ser é acto de ser

2.5. A hierarquia do acto

2.6. O nível do ser

2.6.1. As três referências do ser: a noção de ser, o facto de ser e o acto de ser

- 2.6.1.1. A noção de ser
- 2.6.1.2. O facto de ser
- 2.6.1.3. O acto de ser
- 3. O acto é a pura acção auto-suficiente
- 5. O acto é, para si mesmo, o seu próprio começo e o seu próprio fim; o ser é tudo o que há no intervalo
- 6. O acto não tem efeito, o acto é efeito de si mesmo
- 7. O acto não tem suporte; o acto é o suporte de si mesmo

CAPÍTULO III:

DA PARTICIPAÇÃO. Do Acto puro aos seres e destes ao Acto puro

- 0. Antes do caminho
- 1. Que seres?
 - 1.1. O acto-de-ser-humano
 - 1.2. O ser do restante: o mundo
- 2. Que participação?
 - 2.1. O que é a participação?
 - 2.2. Como é a participação
 - 2.3. O que ou quem opera?
 - 3.3. O intervalo (do acto puro aos seres)
 - 3.3.1. O que é?
- 4. O intervalo vazio
 - 4.1. Vazio ou aberto?
 - 4.2. Intervalo potente?
 - 4.3. Intervalo preenchível?
 - 4.4. Intervalo fechável?
 - 4.5. Relação com o acto puro
 - 4.6. Vazio ou aberto, conclusão
- 5. O intervalo aberto
 - 5.1. O uno e o múltiplo
 - 5.2. Abertura e infinitude
 - 5.3. O Todo (do presente)
 - 5.4. O Absoluto. E o acto é o absoluto. Porquê?
 - 5.5. O acto puro; o Acto
- 6. O intervalo não-vazio
 - 6.1. Potência e acto, mediações
 - 6.2. O dado e o acto
 - 6.3. O mundo e o acto
- 7. O intervalo jogado
 - 7.1. Participação, acto, jogo
 - 7.2. Coisas, ideias, seres
 - 7.3. Liberdade I
 - 7.4. Acto
- 8. O intervalo dialéctico
 - 8.1. Dialéctica jogada

- 8.2. Querer e entender
- 8.3. Amar
- 8.4. Liberdade II
- 9. O intervalo em acto
 - 9.1. O acto triplo
 - 9.2. O acto querido
 - 9.3. O acto pensado
 - 9.3. O acto amado

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

GLOSSÁRIO

ÍNDICE ANALÍTICO

3. EXTRACTO DO CAPÍTULO I

2. O ACTO COMO PASSAGEM ETERNA DO NADA AO SER

2.1. As balizas: nada e ser

Ser e nada são os dois termos-limite que balizam a actividade do acto¹ como criador do infinito diferenciado dos actos de ser, como operador da infinita participação, da infinita sucessão de participações², as quais, pela transcorrência do acto pelos actos de ser dos seres, cria o conjunto dos seres. Significa isto que, quer o nada, quer o ser, o primeiro entendido como a *plenitude negativa do ser*, isto é, a sua total e absoluta ausência; o segundo entendido como a *plenitude positiva concreta do ser* a sua total³ presença acabada, perfeita estão fora do âmbito da realidade criada pela actividade do acto, uma vez que, quer um quer o outro, porque são limites de balizamento, inatingíveis, estão fora do conjunto dos seres criados.

A realidade do nada implicaria que nada pudesse alguma vez existir, isto é, que nunca coisa alguma pudesse existir, uma vez que sendo o nada a absoluta ausência, seja do que for acto, potência, tudo, de nada poderia ser a origem. Ora, a prova de que não há o nada é ter havido algo, é haver algo. A presença do mais tenuemente frágil dos seres desmente a possibilidade do nada. Por mais ténue que seja a sua presença, nunca poderia ter vindo do nada. Veio de algo que não o nada. De algo capaz de ser, de algo capaz de actividade suficiente para justificar essa ténue presença. Nessa ténue presença, está já dada toda a possível infinidade do acto, pois, sendo este a alternativa necessária ao nada, *sendo*, não pode não ser senão em acto, em permanente acto, pois se deixasse de o ser, passaria a ser o nada. Mas, como já vimos, para poder passar de acto ao nada teria de o fazer através de um acto, o que inviabiliza a passagem. Por seu turno, o ser perfeito, acabado, terminado implicaria a total imobilidade dos seres, o que indicaria a total imobilidade do acto, estado que dificilmente se distinguiria do nada.

Temos, pois, dois nadas-limite um por extremo defeito de ser, outro por extremo esgotamento das possibilidades de ser. São irreais, no que transcende a mera referência mental. O que é, então real?

2.2. A tensão intermédia

Onde se situa, pois, a realidade, uma vez que, como acabámos de ver, as duas balizas da actividade do acto não são propriamente reais? Na tensão intermédia, a qual constitui a infinita criação de novos seres, aquilo a que o autor chama *participação* e que nos dá a ideia da tangência do acto relativamente a cada um dos seres, incutindo-lhes o seu modo de ser próprio ou modificando-lhes o modo de ser, mas mantendo-os sempre ser

¹ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p.61.

² Veremos, na sequência do trabalho, que este operador da participação corresponde a uma faceta especial do acto, a qual designaremos por *acto puro matricial*, ou, simplesmente, *acto matricial*.

³ Total aqui entendido como o todo finito, por contraposição ao infinito, o qual nunca pode ser, rigorosamente, uma totalidade, para o que teria de ser possível enumerar completamente os seus membros, o que não é possível num conjunto infinito.

e no ser, através da actividade geral – no todo da criação – e particular – em cada ser especialmente – da face matricial do acto.

*O próprio do acto é não poder jamais ser encarado como um dado, é ser a origem e a génese das coisas, confundir-se com o princípio que as produz.*⁴

É esta actividade do acto matricial, que faz a ponte ontológica entre a infinita riqueza do acto puro e cada ser criado, enquanto o cria, que constitui o cerne da realidade criada. É esta actividade que dá a cada ser, em cada instante, o que cada ser é. É ela que justifica a existência de tudo o que não é o puro acto. Sem ela não haveria a realidade criada, apenas o infinito acto puro, na sua infinita riqueza, *não manifestada*. Mais do que uma tensão entre pólos, encontramos aqui a criação de laços substanciais entre a fonte eterna do ser e cada um dos seres, sendo que cada um dos seres mais não é do que esse mesmo laço substancial; sendo que a sua substância mais não é do que o próprio laço, do que a própria relação, enquanto relação e enquanto esta dura. A tensão fundamental não é, pois, a tensão entre os dois pólos extremos/balizas do ser, mas a tensão da própria existência do laço substancial que cria o ser de cada ser. O ser é dado por esta tensão do laço. Se desaparecer esta tensão fundamental, desaparece com ela o ser, uma vez que este a ela se resume.

Cada ser não é, pois, um produto acabado e separado daquilo que o produziu, mas é fruto do contínuo esforço produtivo do acto na sua vertente criadora. Não é dele separado pois é, em tudo o que é, essa mesma actividade criadora, confunde-se com ela, a ela se resume. Não há uma actividade criadora, por um lado e, por outro, produtos discretos dessa actividade criadora. Os produtos são a actividade criadora, enquanto cria, e, enquanto cria, a actividade criadora é os produtos que cria. Desaparecida a actividade criadora, nada fica, nada mais resta, pois nada há que possa sustentar seja o que for. Quer isto dizer que a realidade não é um conjunto, ainda que interactivo, de seres discretos e auto-suficientes, mas a transparência de uma actividade omniabrangente, que tudo constitui e mantém e sem a qual tudo colapsaria no nada. A realidade é uma permanente tensão criadora, um infinito movimento de ser para ser, de acto de ser para acto de ser, de acto de ser criado para acto de ser criado, numa infinita fluidez. Tem a fragilidade do que é fluido e não é sólido, mas também a sua infinita plasticidade, tem a garantia do infinito, omnipotente e necessariamente indelével.

Serve também esta alusão à tensão para chamar a atenção para a fragilidade essencial da realidade, a qual não é constituída de uma vez por todas e com materiais por si mesmos perenes, mas tão só pela relação de participação, a qual é fruto da pura manutenção da actividade do acto matricial e nada é sem esta. A realidade é fruto de uma relação, de uma dádiva, nada é, por si, e é, em si, apenas o que o acto nela põe, infinitesimalmente.

2.3. Do ser do intervalo entre os seres

O intervalo absoluto seria o intervalo mesmo que separa o nada do ser, mas este intervalo infinito é o que se encontra, de algum modo, eternamente transposto pelo acto puro, enquanto

⁴ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 62: «Le propre de l'acte, c'est de ne pouvoir jamais être regardé comme un donné, c'est d'être l'origine et la génese des choses, de se confondre avec le principe qui les produit».

*criador de si mesmo, e pelo acto participado, enquanto nos permite, por nosso lado, passar, nós mesmos, em cada instante, do nada a uma existência que nos é própria.*⁵

À partida, o intervalo entre os seres poderá ser ou não ser *ser*. Se não for, os seres estão infinitamente distantes, todos de todos, bem como o trânsito entre duas eventuais possíveis formas evolutivas do mesmo ser não é possível, uma vez que o trânsito de ser para ser só faz sentido ser for feito em ser, como ser. Se entre dois seres ou entre duas formas evolutivas diferentes do mesmo ser não tivermos um ser por onde e pelo qual se faça o trânsito, não é possível fazer esse trânsito⁶.

A realidade ou é contínua ou descontínua. No primeiro caso, os seres comunicam entre si e estão sempre infinitamente próximos, infinitesimalmente, não havendo soluções de continuidade relativamente ao ser; na segunda, os seres estão separados, o que impõe entre eles um distância infinita, uma vez que não há modo de reparar o corte que existe entre eles. A reparação seria feita com a utilização de ser, nos moldes do primeiro caso.

*O próprio da participação é criar um afastamento entre o acto total e o acto particular, de modo, precisamente, a que o acto puro não deixe de inspirar e de suportar o acto particular, o qual, no entanto, se deve dele separar de modo a realizar um caminho pessoal e a assumir uma iniciativa que lhe é própria. O que define cada domínio de acção é o intervalo no interior do qual a nossa acção se poderá exercer.*⁷

O que o entendimento da realidade como fruto da actividade matricial do acto nos permite, neste caso, é perceber o modo como esse eventual corte é preenchido, melhor o porquê da ausência desse corte, uma vez que a absoluta continuidade da actividade matricial do acto, produtora do ser, garante a continuidade desse mesmo ser. O encontro com esta actividade, a qual não teve origem, não tem origem senão eternamente em si mesma e a qual não pode ter fim senão num acto que a reafirma, permite descobrir o fundamento e o garante da existência e da constância do ser. Sendo assim, o intervalo entre os seres não é uma ausência de ser mas apenas, e fundamentalmente, a marca da sua diferença, da identidade própria de cada um. O intervalo é, negativamente, o que separa, distinguindo, pondo fronteiras aos seres e entre os seres, evitando a confusão, a indiscernibilidade. Mas é, positivamente, o que constitui cada ser pela demarcação que lhe dá face ao que os outros seres são e que ele não é, não pode ser. Deste modo, o intervalo, mais do que uma ausência de ser, é a própria actividade matricial em acção, é essa mesma cunhagem de cada acto de ser pelo acto criador, é a marca, não da ausência de actividade do acto, mas da actividade ela mesma, que ao exercer-se criando cada ser, o faz distintamente e, portanto, intervaladamente. O intervalo está, pois, preen-

⁵ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 202: «L'intervalle absolu serait l'intervalle même qui sépare le néant de l'être, mais cet intervalle infini, c'est celui qui est en quelque sorte éternellement franchi par l'acte pur, en tant qu'il est créateur de lui-même, et par l'acte participé, en tant qu'il nous permet pour notre compte de passer nous-même, à chaque instant, du néant à une existence qui nous est propre».

⁶ Se não for ser, o que poderá ser? Coisa nenhuma.

⁷ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 200: «Le propre de la participation, c'est de créer un écart entre l'acte total et l'acte particulier, afin précisément que l'acte pur ne cesse d'inspirer et de soutenir l'acte particulier qui pourtant doit s'en séparer de manière à réaliser une démarche personnelle et assumer une initiative qui lui est propre. Ce qui définit chaque domaine d'action, c'est l'intervalle à l'intérieur duquel notre action pourra s'exercer».

chido pela actividade do acto, em trânsito de ser para ser. Não é um abismo vazio, é um passo entre dois pontos. Assim, o intervalo entre dois seres tem como ser próprio o passo *necessário* dado pelo acto de um ser para o outro⁸, tem como seu o ser do acto, que mais não é do que infinitos destes passos criadores.

2.4. Do indício do ser

Na incessante mudança de modos de ser, os seres permanecem, isto é, *são*, têm *ser*, *são ser*, o que nos *indicia* a presença neles do ser, a realidade do ser, do que permanece, de que algo permanece. Na mudança, o ser não desaparece. Não desaparece nem em absoluto, o que impediria a própria mudança, pois sem o quê, para o que se mude, não pode coisa alguma mudar, nem desaparece “relativamente”⁹ para reaparecer mudado, uma vez que o que muda não é o ser, é a actividade profunda do acto que, mantendo-se em acto mantém o ser, mas o ser que é em cada instante e que é em cada instante o ser que o acto põe, nele põe, põe como sendo ele. Não um ser diferente, pois não há com que o comparar, mas o ser absoluto que o acto em cada instante põe e que é o mesmo pois é fruto do mesmo acto criador, mas não é o mesmo porque é fruto de um outro acto criador desse mesmo acto criador¹⁰. *O que permanece, rigorosamente, não é o ser mas o acto que vai pondo o ser*. Este é infinitamente o produto daquele. Nunca é igual ao que já foi ou ao que há-de vir a ser. É irrepitível. O ser que se mantém é o correlato, para a inteligência capaz de o intuir, da actividade do acto, em infinita evolução. Se permanece, é porque a inteligência, enquanto está, pode acompanhar parcialmente, à sua medida esta infinita presença, contínua presença, porque infinitesimalmente ligada pela actividade interior do acto. O que permanece do ser e como ser é esta eclosão, face à inteligência, da actividade criadora do acto.

*Procurar o ser é, pois, procurar em si este exercício de uma actividade sem desfalecimento, que é, ao mesmo tempo, desejo de si mesma e luz fulgurante, a qual, em vez de ser considerada como absolutamente indeterminada, é o princípio de todas as determinações, através das quais não cessa de, concomitantemente, se realizar e se possuir.*¹¹

O ser não é, pois, algo em si, mas tão só o índice, para a inteligência, do acto que o constitui, que o cria. É um índice ou um indício que, face à inteligência, permanece como tal reconhecível ao longo da evolução da actividade criadora que o produz. Se assim não fosse, a inteligência perder-se-ia, pois não poderia reconhecer dois estádios diferentes de evolução do “mesmo ser”. O ser, a sua permanência indiciatória é uma onomástica para a inteligência, permite a esta identificar o mesmo fluxo de actividade

⁸ Não cabe aqui um entendimento cronológico do passo. O domínio é puramente ontológico e pode mesmo ser um ambiente de infinita concomitância.

⁹ Termo incorrecto, uma vez que o desaparecimento é um absoluto, como a presença.

¹⁰ *Acto criador* aparece aqui na sua ambiguidade essencial, por um lado como o acto criador que cria operando actos criadores – a fonte; por outro lado, como esses actos criadores frutos do labor da fonte. Em acto, confundem-se, até porque os actos são o que o acto neles põe, mais nada.

¹¹ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 139: «Chercher l'être, c'est donc chercher en soi cet exercice d'une activité sans défaillance, qui est tout à la fois désir d'elle-même et lumière jaillissante, qui, au lieu d'être considérée comme absolument indéterminée, est le principe de toutes ces déterminations par lesquelles elle ne cesse à la fois de se réaliser et de se posséder».

polarizado num “ser” e distingui-lo de outros polarizados noutros. Serve para “chamar as coisas pelo seu nome”, para as reconhecer como tais e como diversas. O ser é o nome que fixa e baliza o infinito fluxo do acto.

2.5. Acto e liberdade do acto

A liberdade aparece identificada com o acto¹², devendo-se, pois, poder dizer acerca da liberdade tudo o que se disse acerca do acto e acrescentar-se, ao que se disse acerca do acto, que este, como criador universal, não pode senão ser livre, uma vez que, se condicionamentos tivesse, teriam sido por si mesmo criados e livremente, isto é, sem interferência de algo que não o próprio acto. Este não só não tem a sua razão fora de si mesmo, como é incondicionado, operando incondicionadamente no que diz respeito a possíveis condições impostas por algo que não seja a sua própria actividade essencial. Todas as regras que crie só as pode criar a partir de si, para si, por si e nunca contra si. É com estas regras – se as há – que o acto opera, é a elas que estão sujeitos os frutos da sua actividade criadora. Neste âmbito, a liberdade confunde-se com a própria criação e com o próprio modo de operar do acto. A liberdade é a operação do acto, enquanto criadora infinitamente livre. Infinitamente livre porque infinitamente nova no que cria e no modo como cria; infinitamente livre porque é a única que cria, que cria tudo. Tudo, não apenas os seres, mas a si mesma, ao desenvolver-se. Esta actividade infinitamente livre é o próprio acto puro. Assim, a questão da liberdade nem legítima é, uma vez que não faz sentido referenciar a condição de ser livre num âmbito onde nada há que ofereça obstáculo – nem o nada, como já se viu – e onde a criação é um absoluto, na sua integral pureza de radical e infinitamente nova eclosão de tudo. Não é pois a liberdade que se deve invocar, ela não é aqui necessária, mas a pureza absoluta do acto de criação, sem obstáculo algum¹³.

2.6. O aparecimento do tempo: o acto e o tempo

Como aparece o tempo?

*É o próprio tempo, no qual estas formas se sucedem, e que é a condição da sua possibilidade, está inscrito no ser e não possui, por si mesmo, virtude geradora alguma. É, se se pode dizer, concomitantemente derivado e infinito. A sua derivação quer dizer que, em vez de ser a condição primeira sem a qual o acto não poderia exercer-se, é engendrado pelo próprio acto, a partir do momento em que é participado. A sua infinitude exprime a eternidade do acto, o qual encontra sempre em si mesmo o seu próprio começo.*¹⁴

Se apenas houvesse um puro acto de ser pontual e mais nada, não haveria tempo. Havendo pelo menos dois actos de ser diferentes já *pode*¹⁵ haver tempo. Porquê? Porque

¹² LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 61.

¹³ Lembra-se que a única escolha que o acto não pode fazer é deixar de ser acto.

¹⁴ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 61: «Et le temps dans lequel ces formes se succèdent et qui est la condition de leur possibilité est lui-même inscrit dans l'être et ne possède par lui-même aucune vertu génératrice. Il est, si l'on peut dire, à la fois dérivé et infini. Sa dérivation exprime qu'au lieu d'être la condition première sans laquelle l'acte ne pourrait pas s'exercer, il est engendré par l'acte même à partir du moment où il est participé. Son infinité exprime l'éternité de l'acte, qui trouve toujours en lui-même son propre commencement».

¹⁵ *Pode*, pois, como veremos, não basta estar no domínio dos puros actos para que haja tempo.

o aparecimento de um segundo acto de ser permite o estabelecimento, a criação de um intervalo entre o, agora, primeiro acto de ser e o, agora, segundo acto de ser. O tempo pode aparecer quando aparece este intervalo de ser, de acto de ser a acto de ser¹⁶. Embora o tempo não seja o intervalo enquanto tal¹⁷, isto é, a distância ontológica entre dois actos de ser, de algum modo pode dar, traduzir a medida dessa distância. Mas esta medida é dada propriamente não enquanto tradução da distância entre dois actos de ser, enquanto actos, na pura eclosão a partir da actividade do acto puro, mas, nesse mesmo contexto, face a uma inteligência e, portanto, num ambiente não de puros actos mas de seres, isto é, de actos de ser emergindo face a uma inteligência capaz de os intuir. Rigorosamente, o tempo mede, pois, face a uma inteligência, o intervalo entre actos de ser, a distância entre actos de ser. Abordando a questão de outro ângulo, pode-se afirmar que a diferença entre seres, face à inteligência, é o tempo.

A pura criação de actos de ser pela actividade criadora do acto puro, através do labor participativo do acto matricial não necessita de tempo, nem se traduz em tempo. O que se passa¹⁸ neste domínio de pura criação de actos de ser esgota-se na pureza da riqueza da actividade constituinte do acto e dos actos que cria. Se não houver algo – a inteligência – que ilumine essa actividade e deste modo a transforme em ser, não há oportunidade para o aparecimento do intervalo¹⁹ e, com este, do tempo. A razão profunda deste não aparecimento do intervalo na pura actividade do acto deve-se ao carácter infinito dessa actividade, a qual não conhece, como já foi visto, qualquer solução de continuidade, sendo infinitesimalmente íntegra e una. É a inteligência *finita*, incapaz de intuir infinitamente que, ao iluminar²⁰ parcialmente a esfera da infinita criação faz aparecer “locais” iluminados os quais são o ser, os seres. O intervalo da iluminação sucessiva ou o intervalo das iluminações concomitantes é o que dá o tempo, pois faz aparecer o ser *diferenciadamente* face à inteligência, criando, assim, tanto a sucessão como a distância espacial, a qual implica também tempo, melhor, é tempo sob a forma de distância topológica.

O tempo aparece, pois, quando a inteligência finita ilumina partes do infinito do acto, transformando-as em ser e em ser diferenciado em seres, intervalados ontologicamente. Neste contexto, o tempo é a medida da distância entre estes seres. O que há entre o aparecimento de dois seres ditos sucessivos, isso é o tempo; o que há de distância, dita

¹⁶ Quando se introduz o termo *intervalo*, de algum modo já se antecipa o que se vai dizer mais à frente acerca do ser e do seu aparecimento. Rigorosamente, este intervalo nada tem de similar com um intervalo espacial ou temporal comum à experiência e à linguagem correntes. Utilizamo-lo para dar a ideia, talvez apenas a imagem, do acto que é o acto que é e não se confunde com outro, embora no plano dos actos, da actividade do acto puro não se possa falar de descontinuidade, uma vez que a actividade é infinita. O termo *intervalo* dá, pois, a ideia da *diferença*, marca fundamental da participação, essência do criado. Diferença ontológica, distância ontológica própria entre cada ser e o que não é esse ser.

¹⁷ Enquanto tal, o intervalo é, como já se viu, acto (o acto do intervalo, o acto que é intervalo, que constitui o intervalo e que é, também, acto intervalar entre dois seres).

¹⁸ Nós é que não podemos utilizar uma linguagem da qual o tempo esteja ausente, nós pertencemos à esfera ambiente do ser. Assim, a linguagem que utilizamos para tratar deste assunto é essencialmente incorrecta, mas, como já vimos, não dispomos de outra.

¹⁹ Não é que não esteja lá, só que não transparece.

²⁰ O termo iluminar sofre do mesmo mal dos anteriores, mas quer expressar a ideia do acto de intuição da inteligência sempre que esta consegue aceder ao interior de um acto. É este acesso que dá o ser, que transforma o acto em ser, ou, se se quiser, que transforma uma parte do domínio da pura infinitude metafísica em algo de ontológico.

espaço, entre dois seres, ditos concomitantes, isso é tempo, uma vez que a mesma inteligência para os iluminar a ambos necessita de percorrer um intervalo de ser, isto é, necessita de tempo. Rigorosamente, tanto num caso como no outro, é a iluminação de diferentes actos que os traz ao ser e ao trazê-los, diferentemente, ao ser cria o tempo, o qual mede essa diferença.

Surge, necessariamente, a questão de saber se o modo de aparecimento do tempo se mantém face a uma possível inteligência infinita e qual o sentido do tempo face à pura actividade infinita do acto. Uma possível inteligência infinita terá de o ser em acto, pelo que, necessariamente coincide com o acto puro, na sua infinita actividade. Assim, a inteligência infinita é o mesmo que a actividade criadora infinita, é esta na sua realização e na apreensão da sua realização, que ainda é actividade e realização. A este nível, a inteligência e a criação são o mesmo, recobrem-se infinitamente. Não há, pois, intervalo onde possa aparecer o tempo, não há distância a medir porque o infinito em acto não deixa lugar a qualquer distância. Está lá sempre, sempre e infinitamente o mesmo que está, mas sempre e infinitamente o que está diferentemente. Presente em tudo, porque tudo cria, não deixa, neste nível que possa haver qualquer solução de continuidade²¹ entre actos. Não havendo esta solução de continuidade, não há diferença que o tempo possa medir. A diferença que há neste nível e que não confunde os actos criados uns com os outros e com o acto criador é acto, não ausência de acto. Acto diferente mas contínuo, onde o tempo não pode entrar como medida. Não há, fora da iluminação pontual da inteligência finita, pontos de ser espaçados cujos intervalos possam ser medidos pelo tempo, cuja medida seja o tempo. A única iluminação possível seria a da inteligência infinita, mas essa, a iluminar, iluminaria como o acto infinito cria, infinita e continuamente, sem espaço para o tempo medir.

Não faz pois sentido a referência ao tempo no contexto da pura actividade criadora infinita do acto. Este é contínuo na sua actividade criadora, não havendo nesta qualquer possibilidade de encontrar um intervalo que pudesse ser gerador da medida que constitui o tempo. A infinita continuidade da actividade do acto não permite que o tempo apareça. Neste plano da pura emergência dos actos através da actividade do acto puro não há lugar para o tempo. O infinito não tem tempo. A eternidade define-se como puro acto infinitamente denso, infinitamente presente a si mesmo, *infinitamente presente*, em termos absolutos. O tempo pertence ao domínio do finito, ao domínio dos seres e da inteligência que os acompanha e os gera iluminando-os.

2.7. Tempo derivado e tempo infinito

O tempo, como acabámos de ver é um derivado indirecto²² da actividade do acto e não é infinito. Não é infinito como infinito é o acto puro criador, mas não haverá uma dimensão de infinitude no tempo?

O tempo: derivado e finito. Derivado indirectamente do próprio acto, parecendo ser um seu sub-produto, uma medida escalar do lugar dos diversos modos de ser, na

²¹ Em termos de ausência de actividade.

²² Os derivados directos são os actos de ser, de que o tempo marca a diferença. Deriva directamente desta marcação mediatamente, não imediatamente do acto.

emergência participativa, isto é, o tempo parece ser a definição do lugar sucessivo de cada modo de ser relativamente aos outros, mas também do seu lugar *topológico*, medindo o tempo a diferença da sucessão, mas também a diferença da emergência, topologicamente diferenciada, da simultaneidade. Sendo assim, o tempo não tem qualquer densidade própria (é um exagero, uma vez que o tempo é ser, acto de ser, em si, também), é uma mera escala derivada, a qual deve todo o seu ser à iluminação pontual dos actos pela inteligência.

No entanto, e em aparente contradição, o tempo é referido, por Lavelle, como, algo no seio do qual os seres eclodem²³, o que parece indicar um outro estatuto para o tempo, o de suporte para a sucessão das formas de ser, o de condição ontológica da sua possibilidade. O tempo aparece aqui não já como mero derivado escalar, mas como a própria escada, preexistente, pela qual a sucessão dos modos de ser ascende. Parece, pois, haver uma pré-existência do tempo relativamente ao acto que cria os diversos actos do ser, criando-os, assim, no tempo.

Como ultrapassar esta perplexidade? Ontologicamente, o tempo aparece quando aparece a diferenciação dos modos de ser, isto é, com cada nova participação de um acto, face à inteligência, consubstanciada num *novo* modo de ser, num *novo* acto de ser, num *novo* ser. A este novo ser, relativamente ao anterior ou anteriores ou aos topologicamente concomitantes, corresponde um lapso diferencial de acto e de ser que implica uma medida e essa medida é dada pelo tempo, constitui o tempo. Perceberemos melhor o que se passa se pensarmos que a não criação absoluta, a não diferenciação absoluta não permite esse lapso diferencial, não permitindo qualquer medida de diferença, isto é, não permitindo o aparecimento do tempo. Se o tempo acompanha o eclodir infinito, sucessiva e lateralmente infinito, dos actos de ser, dando conta da sua diferença, do seu intervalo, não será, também ele, infinito? Não, porque, como já vimos, o intervalo medido pelo tempo é o que se dá face à inteligência finita, finitamente e em número finito de casos, pelo que, acompanhando o tempo esses e apenas esses casos, não é infinito. Se o tempo fosse o suporte de ser onde a eclosão se desse, sendo infinita esta, aquele também teria de o ser, melhor, só sendo o primeiro infinito poderia a segunda sê-lo também. Mas não é assim. O suporte da actividade do acto é o próprio acto que é a própria pura actividade. O tempo aparece no acto, pelo acto, com o acto e face à inteligência finita, também ela fruto do acto.

2.8. O ser do tempo

Não podemos esquecer que o traço fundamental da filosofia de Lavelle no que respeita à questão da relação entre o acto e o ser é o facto essencial de tudo – infinitamente – ser resultado, produto, criação da infinita actividade do acto. Tudo. Assim sendo, o tempo – seja o tempo o que for – é, também ele, fruto dessa actividade, isto é, o tempo é também produto do acto, uma vez que *nada há de real, nem em si, nem para nós, a não ser no acto mesmo que lhe dá a realidade*²⁴, que constitui o seu acto de ser próprio. Retomando a meditação que se tem vindo a realizar acerca do estatuto do tempo, tendo descoberto

²³ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 62.

²⁴ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 16.

a sua essência intervalar, necessário se torna admitir que esse mesmo intervalo de ser,²⁵ que constitui a medida da diferença que se traduz no tempo, é produto do acto e acto ainda na sua intimidade. Mas se é acto, não é ser pois essencialmente mede a diferença entre seres para uma inteligência, dá a esta a métrica da diferença entre seres, mas não é mais do que a escala com que essa diferença se mede, nada é em si como ser porque depende dos pólos de ser cuja diferença mede, depende deles exclusiva e necessariamente. Sem os pólos de ser nada é. Como já vimos, para que haja ser é necessário que a actividade do acto se exerça – o que sempre acontece – e que esteja presente uma inteligência capaz de intuir essa actividade. Da conjunção concomitante destas duas condições factuais temos o aparecimento do ser. O tempo só aparece quando há, pelo menos, dois destes acontecimentos. O tempo é a medida da diferença entre esses dois acontecimentos, mais nada. Em si, nada é. Sem pelo menos um destes acontecimentos não há tempo e com apenas um destes acontecimentos também não, pois quer num caso quer no outro não há diferença e sem esta não pode haver tempo.

Temos, pois, que o tempo é dado na e pela diferença e não é esta que é dada num tempo anterior. Anterior a quê? Por outro lado, sem algo que observe a não pontualidade, isto é, a diferença, o tempo não faz sentido, uma vez que a pura actividade criadora em puro acto infinito não é nem deixa de ser diferenciada, uma vez que é infinitamente infinita e portanto infinitamente diferenciada em cada ponto ou o que é o mesmo infinitamente indiferenciada em cada ponto, uma vez que não há maneira de escolher entre infinitos infinitos – essência do acto puro. A diferença só faz sentido para uma inteligência finita, o tempo só faz sentido como medida dessa diferença finita. Neste sentido, o tempo é finito.

A natureza do tempo, neste esquema relacional entre o acto e o ser, é, pois, escalar e instrumental e dependente funcionalmente. Só existe porque relaciona dois pólos face a uma inteligência finita. Para esta é o instrumento da medida da diferença entre esses dois pólos. Fora desta especificidade funcional, não tem qualquer ser, qualquer diferença própria que possa ser medida como tal, isto é, não há um tempo do tempo. No entanto, nesta sua essência meramente funcional, é fruto da actividade do acto, actividade de criação da escala que permite medir o intervalo entre os dois pólos de ser, pólos de ser que só se autonomizam como tais face à inteligência quando o intervalo que entre eles existe é medido pela escala tempo.

Mais do que uma circularidade ontológica, o que aqui se nos apresenta é uma integração instantânea de quatro modos diferenciados de eclosão da actividade criadora do acto. A origem é única e una – o acto – o que permite que essa diferenciação se dê integradamente, dependendo os vários elementos uns dos outros de um modo perfeitamente necessário. Os dois actos de ser individuais, a inteligência e o tempo aparecem todos concomitantemente.²⁶ Neste acto quádruplo mas integrado, a posição fundamental é a da inteligência, a qual obriga à posição do tempo, necessariamente, pois instala, imediatamente, a medida da diferença. Relembramos que a pura posição dos puros actos, sem o correlato da inteligência não obriga a coisa alguma mais: na pura posição dos actos não há lugar, espaço para o tempo.

²⁵ Lembre-se que o ser é sempre dado face a uma inteligência finita.

²⁶ Concomitantemente quer dizer não ao mesmo tempo mas num mesmo acto.

2.9. Tempo, finitude, infinitude

2.9.1. A sucessão e o espaço

Na sequência do que foi dito anteriormente sobre o ser do intervalo²⁷ ou lapso entre dois pólos de ser, dois actos de ser²⁸, *tempo* é a designação, o nome que se dá à medida do intervalo, à medida de cada intervalo entre cada dois seres, a qual permite à inteligência finita perceber essa diferença e verificar, pela diferença, a especificidade, melhor, a individualidade própria de cada ser, na sua distinção face aos outros seres. Permite, pois, o estabelecimento quer da sucessão, pela adição sucessiva das medidas da diferença, a qual cria, relativamente à inteligência um fluxo, um movimento; quer da distância, pois a posição de dois ou mais actos de ser dá-se, dando, consigo, a diferença e esta marca uma distância entre cada dois actos de ser, estabelece entre eles um espaço ontológico, o mesmo espaço da diferença do qual o tempo é a medida escalar. O movimento da inteligência, de acto de ser para acto de ser ou a sua colocação inteligente²⁹ face a dois ou mais actos de ser, dá concomitantemente aquilo que é o tempo e aquilo que é o espaço, que mais não são do que traduções, presentes à inteligência, da diferença ontológica. Nesta posição de índole instantânea, tempo e espaço são o mesmo, pois dão conta da mesma realidade intervalar. O modo da leitura é que é diferente. O tempo dá o intervalo sob a forma activa do trajecto necessário para ir de um ser para o outro; o espaço sob a forma passiva da distância que entre eles há. A realidade referenciada é a mesma e constitui a diferença ontológica que permite que haja discernibilidade no seio do acto infinito e portanto, seres.

Tempo é também a totalidade do somatório das diversas medidas da diferença entre os diversos seres, enquanto houver essa medida, isto é, enquanto houver inteligência. Consideração paralela se pode tecer relativamente ao espaço. Salienta-se que, no entanto, a entidade activa neste processo de medida da diferença entre os seres é a inteligência e que o instrumento de operação é o tempo, não o espaço, uma vez que a medição é algo de activo, de integrador, de aproximativo e o espaço dá o valor estático da distância, não a medida activa da diferença.

2.9.2. Finitude e infinitude do tempo

O tempo pode ser considerado infinito porque não há modo de assinalar o primeiro intervalo o qual não faria sentido, uma vez que teria resultado da diferença absoluta da passagem do nada ao ser, absolutamente, o que já vimos não ser possível, pois qualquer modo de ser em acto provém de um outro modo de ser em acto anterior. Não há também maneira de prever o último intervalo, o qual corresponderia ou à queda do ser no nada, ou à chegada à absoluta perfeição outro “nada”, como já foi visto.

Parece, pois, estar o tempo condenado à medida da sucessão dos lapsos entre modos de ser sucessivos, não tendo podido ter, propriamente, início, nem poder vir a ter fim.

²⁷ Este intervalo não é o mesmo intervalo a que chamaremos o *intervalo ontológico*, do qual trataremos detalhadamente mais à frente.

²⁸ Ver parágrafo dedicado ao *acto de ser*.

²⁹ Isto é, como inteligência em acto.

Nesta perspectiva sobre o tempo, descobre-se, então, a expressão da sua essência de elemento móvel e dependente, a imagem móvel do ser ou, melhor, do acto criador, no seu perpassar actuante e eficaz pelos sucessivos modos de ser. Assim, pode-se intuir o que seja a suposta eternidade do tempo, vista pelo prisma expressivo do ser: é essa medida necessária, sem começo ou fim. Não quer isto dizer que o tempo seja eterno, nada disso, o que é eterno, porque não depende do tempo para ser, é o acto, que, ao dar-se à participação, cria a diferença que é medida pelo tempo, e que, ao aparecer, faz aparecer, também, em necessária concomitância, a escala que a mede: o tempo. Só na medida em que, neste sentido, o tempo acompanha o acto, se pode dizer que participa da sua eternidade, não esquecendo que a eternidade do acto é própria e independente e a do tempo derivada e dependente.

*Compreende-se, agora, sem dificuldade, porque é que o acto, que se exerce sempre no presente, não possui ele próprio outra eficácia para além de uma eficácia de presença. Basta-lhe criar-se a si mesmo: é esta a sua essência eterna. Não se encontra virado para fim algum exterior si e que produziria, por assim dizer, com esforço. Criando-se, cria tudo o resto, quer dizer todas as suas manifestações e todos os seus efeitos, os quais resultam sempre da perfeição maior ou menor com a qual é participado.*³⁰

A referência de Lavelle ao *ciclo ininterrupto dos nascimentos*³¹ alerta para o facto de o tempo nunca poder ser medida do nascimento, na sua pureza de surgir absoluto do novo (a eclosão do novo dá-se num salto de ser, se assim se pode dizer, do qual só o salto pode ser medido, sendo isso que o tempo mede, apenas), mas da diferença que esse nascimento marca no conjunto dos seres e na relação de participação entre o ser e os seres. O tempo não é medida de ser, mas de diferença, mede a diferença entre os modos de ser, não mede o ser, que não pode ser medido, porque é infinito. Cada novo ser, no que tem de absoluto, é infinito e necessita de todo o infinito criador para dar conta da razão de ser total do seu ser, que é infinita e se confunde com o todo da actividade criadora, eterna do acto criador. O que o tempo faz é comparar o estado do conjunto dos seres criados antes do aparecimento do novo ser com o conjunto depois deste aparecimento. Trata-se de medir o relativo da diferença face ao que já estava, não o absoluto da novidade enquanto tal.

Em resumo, no ciclo aludido, o tempo não se refere ao nascimento, enquanto acto pronto, mas à passagem de modo de ser para modo de ser, não se refere ao acto de nascimento mas ao nascer ou ao ir nascendo – processo mensurável – enquanto criador de diferença, que é medida pelo tempo. O tempo mais não é do que esta medida da diferença entre estados diferentes do processo de criação dos seres pelo acto, dos actos de ser pelo acto e sempre face a uma inteligência finita, como já vimos.

³⁰ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 17: «On comprend maintenant sans peine pourquoi l'acte qui s'exerce toujours dans le présent n'a point lui-même d'autre efficacité qu'une efficacité de présence. Il lui suffit de se créer lui-même: c'est là son essence éternelle. Il n'est tendu vers aucune fin extérieur à lui et qu'il produirait pour ainsi dire avec effort. Et en se créant, il crée tout le reste, c'est-à-dire toutes ses manifestations et tous ses effets, qui résultent toujours de la perfection plus ou moins grande avec laquelle il est participé».

³¹ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 62.

2.9.3. *Acto, ser, tempo e angústia breve nota*

Sobre a angústia e a sua relação com o nada, um nada pessoal, um nada antes de mim e depois de mim, há a dizer que a questão, como Lavelle a põe³², não está bem posta, uma vez que o ser em acto que é o eu (o acto de ser *eu*), não vem de um nada (mesmo que fosse um *nada de mim*, pois o eu já lá tem as suas raízes e estas não são *nada*, são é um modo diferente de *ser*, o modo de ser antes de ser eu, o modo de ser de tudo o que havia antes de mim, menos eu, mas onde estão as minhas raízes – é claro que nos referimos por um lado ao universo do já criado pelo acto antes de me criar a mim, num plano e, por outro lado, ao próprio acto, enquanto criador e fundamento desse mesmo mundo, num plano mais profundo) mas do ser, da totalidade do ser que há antes de haver eu e que possibilita o haver eu. Em termos do acto, o eu já estava radicalmente contido no pleno infinito do acto, não traduzido, ainda, na forma de ser eu.

Quando o ser deixa de ser o que é, não cai no nada, mas passa para outro modo de ser. O que se modifica é o modo de ser. O ser que há nesse modo de ser não finda – isso é que seria o nada, (um nada relativo) –, é participado diferentemente, isto é, esse ser passa a participar do acto geral de outro modo, passando a ser outro acto de ser, diferente. Muda. É mudado, mais rigorosamente. Não é aniquilado. Assim, a angústia não diz respeito ao encarar dos dois nadas, o de *antes* de mim e, sobretudo, o de *depois* de mim, mas à diferença de medidas entre a infinitude do ser, que participa na infinitude do acto (o qual gera infinitos intervalos de diferença) e a finitude do ser em acto dos seres, do modo de ser que é o eu, que se sabe finito, neste modo de ser – sabe que tem um número limitado de intervalos de ser, para poder ser, *sabe que tem o tempo contado*. Isto é que é angustiante: *saber que se tem limites*. A angústia é, pois, um dado, uma vez que aparece quando aparece o limite, isto é, logo à nascença do modo de ser que é o eu. Não pode, pois, o eu, como quer Lavelle, libertar-se da angústia, enquanto for eu, neste modo de ser. A angústia morre com a morte do eu, deste eu, nesta dimensão de finitude saboreada. Só desapareceria se se deixasse de saborear a nossa finitude ou se se passasse a partilhar da infinitude do acto criador. Neste nosso plano finito, nada há a fazer, senão ser, finitamente, até ao limite... da angústia.

4. CONCLUSÃO

*O caminho que conduz à metafísica é particularmente difícil. E poucos são os que aceitam escalá-lo. Pois trata-se de abolir tudo o que parece sustentar a nossa existência, as coisas visíveis, as imagens e todos os objectos habituais do interesse ou do desejo.*³³

1. Os passos

Quantos e quantos caíram já ao escalar alturas! Após ter-se estudado esta obra – *De l'Acte* –, pode seguramente afirmar-se que não foi o caso de Lavelle. O texto é

³² LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 62.

³³ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 9: «Le chemin qui conduit vers la métaphysique est particulièrement difficile. Et il y a peut d'hommes qui acceptent de le gravir. Car il s'agit d'abolir tout ce qui paraît soutenir notre existence, les choses visibles, les images et tous les objets habituels de l'intérêt ou du désir».

indubitavelmente fruto de uma experiência, de uma vivência – de uma vida – filosófica, isto é, de busca do fundamento último e primeiro da realidade. Missão cumprida! Pode-se também dizer. A intuição – que não é necessariamente novidade – da omnipresença de uma eterna e infinitesimal actividade na realidade – que a ergue e a sustém, que nega a sua negação – é bem o bom resultado de uma vida filosófica. Mais do que a obtenção de um qualquer instrumento hermenêutico, Lavelle consegue criar um meio de comunicação empático entre quem escala e isso que se escala, que há a escalar. Não se trata, fundamentalmente, de criar uma escada para trepar ao ser, trata-se, outrossim, de chegar tão próximo da montanha, compreendê-la tão bem, que escalador e escalado são, já, o mesmo. Trepar e ser trepado são o mesmo. O acto de trepar e o acto de ser trepado são o mesmo. O mesmo acto: o mesmo ser. Buscar a realidade, é já encontrá-la. Mais do que qualquer coexistência, há uma conformidade, na diferença. Ser conforme, não é ter a mesma forma, é estar com outra forma (com, não contra). O caminho a escalar é tão mais penoso – ou não – quanto não é linear. Não há uma partida de e, na ignorância da realidade, um caminho – mais ou menos penoso – e uma chegada a uma plenitude de sabedoria (de realidade). Não. A conformidade exige-se em cada passo. Cada passo resume todo o percurso. Cada passo suspende da glória ou da morte. Cada passo é toda a filosofia. Cada passo é toda a vida. Cada passo é uma vitória sobre a morte. E a cada passo se morre para o passo que já se deu – abertura para o passo próximo, que há a dar. A realidade? – É dar passos.

2. Dos passos

Este trabalho, embora não desdenhando usar de alguma especulação, é fundamentalmente técnico, visando perceber, na obra abordada, a relação entre o acto e o ser, nas suas múltiplas e, para já, apreensíveis vertentes. Intuída, e de algum modo saboreada, a relação parece simples. Trabalhada analiticamente, a simplicidade mantém-se, em si, mas as relações envolventes, a montante e a jusante, são, se não não-simples, pelo menos não-óbvias. É a definição essencial do acto e da relação com o ser, a par das decorrências perceptíveis, que o trabalho visou dar.

Inicialmente, houve que aclarar as relações entre o acto, o ser e o sujeito, mostrando como se articulam, e como se relacionam com um outro termo, o pensamento. As relações começam a tornar-se complexas, uma vez que o horizonte se mostra ser constituído não por justaposição destes termos, mas pela sua necessária imbrincação, integração. No entanto, a análise descobre-nos que o acto define a própria interioridade dos seres, enquanto o ser dá aquilo a que chamamos a tangencialidade, isto é, a comunidade da característica própria irreductível, que, face ao pensamento, os define como presentes. Mas se o ser dá esta comum característica exterior dos seres, é o acto que lhes confere a comunidade íntima, interior, a todos transcorrendo – e é esta transcorrência que o ser dá *face ao pensamento*. Há, assim, uma identidade entre o acto e o ser, sendo este tudo o que aquele lhe dá; sendo o acto dado à inteligência como ser: este é a exterioridade daquele. O acto de ser que somos nós, não foge a esta estruturação e é, também, intimamente acto e exteriormente ser: é pelo ser que é relacionável com outros idênticos possíveis.

Uma primeira hierarquia aparece em que o ser se funda no acto que o produz, o cria e o valor se funda no sentido da criação do ser pelo acto. O sentido reconduz à questão

da finalidade. Esta mais não é do que o próprio desenvolvimento do acto e este resume-a, engloba-a, fá-la identificar-se consigo mesmo. A finalidade de cada acto é o próprio acto, não havendo fim exterior a que se dirija, pois o acto não tem exterior possível. A imanência total do acto a si mesmo e a sua inamissibilidade alertam para e relevam de um eterno excesso do acto relativamente a si mesmo, excesso a realizar sempre em novo acto, em possíveis novos seres – a acompanhá-lo pelo pensamento.

O acto é, pois, a eterna passagem do nada ao ser. E será mesmo? Mas então o que são o nada e o ser? São? Não são? E o que há de permeio? Bem visto, só há mesmo o acto. O nada não cabe no acto e este ocupa tudo. O acto como contínua tensão que se resolve em contínuo movimento, em contínua criação, a partir de si mesmo. As diferenças e os seres como o reconhecimento das diferenças do acto por uma inteligência. O ser como indício de si mesmo e o ser como indício do acto. O acto cria a partir da sua infinita riqueza, livremente, sendo a liberdade do acto isso mesmo que o acto faz e o modo como o faz. A liberdade criadora produz as diferenças ontológicas e estas, face à inteligência, produzem o tempo como medida da distância ontológica entre os actos, entre os seres. O tempo inteligente. Nesta estrutura, o tempo é assumido como um derivado da própria criação que se mostra através da criação dos diferentes seres. O tempo evita a confusão, para quem não vê tudo ao mesmo tempo. O tempo desdobra a diferencialidade possível e as efectivas diferenças e, como são possivelmente infinitas, também o tempo o é.

É tempo de re-centrar a questão. Volta-se ao acto, ao que o acto é, como acto de ser, isto é e agora distintamente – como movimento que justifica o haver ser. Tempo é, também, de relacionar novamente o acto com o eu, com o eu e o tempo, a liberdade, a potência e a participação. Assenta-se em que o acto transcorre toda a realidade, resume em si e a si, o eu e o tempo e a liberdade, inclui a potência – acto potente – e resolve-se, face ao eu (e com o eu), em tempo e livremente nisso que é a participação.

Interessa, dado o enquadramento geral preliminar, perceber o que é o ser, o que é o acto e como se relacionam. O enfoque principal é posto do lado do acto, uma vez que, como se apurou, este resume os outros dois e se resume em acto à própria relação que cria.

O ser, mais do que definido estaticamente no que é, é definido, dinamicamente, ou cineticamente – como preferimos – através da definição do acto: o ser é o que o acto faz com que ele seja. Assim, após um breve tratamento do ser, em si mesmo considerado, considera-se o acto na sua identidade e na sua diferença com o ser. Descobre-se – ou reafirma-se – que o acto é a pura eficácia operativa, sendo idêntico ao ser, de um ponto de vista genético: gera-o. Ao gerá-lo, gera-o totalmente, pelo que tudo o que o ser é, o deve ao acto: a actividade deste é o ser daquele e o que o ser é é redutível a essa mesma actividade que o faz ser.

Esta actividade, infinita, omnímota e inamissível, obriga a pôr a questão dos seus níveis, uma vez que aparece como diferenciada. Há, pelo menos, dois níveis – o do acto e o do ser. Neste há que contar com três aspectos diferentes do ser: a sua noção, o seu facto e o seu acto, o que nos remete para o primeiro nível, o nível do acto. É, pois, necessário, tratar o acto em si e pelo que é. O acto aparece, pois, como a pura actividade, auto-suficiente, em si mesma, e como a essência operativa do ser. Já não suporta o confinamento das balizas nada e ser e surge como o seu próprio começo e o seu próprio fim, isto é, não conheceu começo e não conhecerá fim: é, resume tudo – causa,

efeito, fundamento, fim. É a pura presença de si a si, com ou sem o testemunho de uma inteligência especular. Caso haja esta, temos o ser, temos a participação.

Como não se põe em causa o haver essa inteligência especular, o estar aqui – o que se investiga é o porquê, o como e o para quê – disso avança-se para a compreensão dessa abertura do acto ao ser que é a participação. Partilha-se o acto. Partilha-se *pelo* acto, isto é, por si mesmo. O todo infinito desdobra-se. Torna-se capaz de criar seres: espelhos seus parciais. Com estes espelhos nasce o mundo, cruzamento de reflexões em busca de um foco comum. Do acto ao mundo através do espelho. Do acto ao mundo através do acto de ser humano.

Há que perceber o que é isso da participação: como é, isto é, como funciona, o que a faz funcionar, onde funciona e com que elementos. É preciso perceber o seu papel intermediário na constituição do mundo. Na constituição dos próprios actos de ser humanos que constroem o mundo. Saber onde radica, qual o seu estatuto ontológico. Verificar que ainda é, também ela, acto. Verificar que se realiza num hiato pelicular – só com interior – criado para si pelo acto (o puro), para jogar com algumas das suas infinitas possibilidades.

Ao hiato chamou-se *intervalo ontológico* e procedeu-se à sua distinção do *mundo*. Percebeu-se que o intervalo só é vazio para poder ser preenchido e que, portanto, é o que se chama de potente (ao que parece, infinitamente), mas é potente porque é aberto, não para fora da película, mas para o interior desta, num sentido infinitamente denso e intrínseco. Sendo aberto, será preenchível? É, em cada instante e para cada novo acto que é. Não em cada instante e para cada acto que já não é e está sendo algo de novo. Não, como um todo de diferenciação sem limite assinalável, possivelmente infinito. Sim, se o acto se retirar e rasgar a película. A abertura perene e o fecho são o próprio acto presente no intervalo, pela actividade (ou cessação da actividade) da participação. Esta é o constituinte preenchedor do intervalo. É a própria película do intervalo como condição de haver participação. O primeiro participado é o intervalo. Será o último.

Mas, se o intervalo é aberto, então pode-se assistir – e assiste-se – a uma infinitude, melhor, a *uma imensidade* de diferenças que eclodem, de relações que se estabelecem, num termo: ao *mundo*. *Assiste-se ao mundo*. Esta imensidade diferente é não-diversa e é, toda ela, a mesma cinética criadora que, diferentemente, se exprime: sendo múltipla, é una. É o que é. O que é é tudo o que há e tudo o que há é virtualmente infinito. Virtualmente: pode cessar; não o acto, o mundo. Não o absoluto imparável e inamissível; o relativo, o participado, o recebido, não o que se dá. O que se dá, dá-se sempre: é isso mesmo que é – um permanente estar-se dando, *estar-se dando-se*, a pura dádiva, *o puro movimento de ser*, o puro acto. O acto puro. O Acto.

O Acto. Aquilo que perpassa toda a participação, que constitui o intervalo como hiato pelicular a preencher, e como o próprio preenchimento e como síntese de ambos. O Acto, de tal modo presente, que se apresenta mesmo na potência, no que esta necessita para ser, ao menos como potência de algo. O Acto, que aparece no intervalo como participado feito, como dado e logo desaparece para se tornar noutra acto de participação feito, noutra dado – até haver intervalo.

O Acto que jogaria aos mundos se aceitasse regras. O Acto que cria mundos com regras. O Acto que brinca e que associa à criação outros actos – nós – os actos de ser humanos. Mediação segunda, os actos de ser humanos constituem os obreiros do mundo como teias de relações no seio do mediador primeiro: o próprio intervalo

ontológico. A participação faz-se, assim, por graus, utilizando a capacidade criadora – co-criadora – do acto de ser humano, para, aqui sim, jogar o jogo do mundo. Neste jogo, entram coisas, ideias, seres e todos são actos e todos são acto e todos partilham da riqueza do Acto: eis a participação. Eis, também, a liberdade. E eis o homem. O homem em acto. Mediação das mediações. Privilégio de criar. Possibilidade de ser livre, isto é, de criar bem. De ser, assumindo o seu acto como acto criado mas de criação – a criar. Primeiro estado da liberdade.

Liberdade que se há-de descobrir passível de atingir um segundo escalão, onde quer, pensa e ama absolutamente, isto é, assumindo-se como o veículo da relação mas também como o seu objecto, objecto que é, ainda, fruto do acto do Acto. Liberdade que quer ser o acto que é, no que é e para o que é; que vê o acto que é, como é e para o que é e que, ao vê-lo assim, assim o quer; liberdade que quer o que vê e vê o que quer, na pureza do que é, na pureza do que é para ser. Liberdade que ama. Que se ama, porque já ama o acto de ser que o Acto é em si.

*E é igualmente verdadeiro que a reflexão pode ser vista como uma mediação que nos dá sempre novos motivos de amar e que é o amor que a suscita, como se a luz em nós fosse sempre um efeito do fervor.*³⁴

³⁴ LAVELLE, Louis, *De l'acte*, p. 536: «Et il est également vrai que la réflexion peut être regardée comme une méditation qui nous donne toujours de nouveaux motifs d'aimer et que c'est l'amour qui la suscite comme si la lumière en nous était toujours un effet de la ferveur».